

Queixas individuais e posse de recursos em contextos de crise econômica: análise do ativismo de protesto em países latino-americanos

Daniel Leonel da Rocha^{1*} 

Ednaldo Aparecido Ribeiro² 

Resumo

Este artigo examina o impacto das queixas individuais sobre a participação em protestos, com ênfase no contexto de crise econômica. A literatura recente sugere que as percepções subjetivas das condições econômicas desempenham um papel central no ativismo de protesto. No entanto, outros estudos argumentam que a mobilização depende não apenas dessas percepções, mas também da disponibilidade de recursos para transformar o descontentamento em ação política. Utilizando dados do Barômetro das Américas e aplicando técnicas de regressão logística multinível, este estudo problematiza essas perspectivas. Os resultados indicam que não é a deterioração objetiva das condições de vida, mas sim a percepção subjetiva dessa deterioração que motiva o protesto. Ademais, em cenários de crise, as desigualdades no engajamento em protestos são exacerbadas, tornando a mobilização menos acessível para indivíduos com menos recursos. Esses achados contribuem para a compreensão das dinâmicas de protesto em contextos de instabilidade econômica na América Latina.

Palavras-chave: protesto, queixas, recursos, crise econômica, América Latina.

¹Universidade Estadual de Maringá – UEM, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT, Instituto Representação e Legitimidade Democrática – ReDem, Maringá, PR, Brasil.

²Universidade Estadual de Maringá – UEM, Departamento de Ciências Sociais – DCS/UEM, Maringá, PR, Brasil.

*Correspondência: daniel.leonel.rocha@gmail.com

Individual grievances and resource ownership in contexts of economic crisis: an analysis of protest activism in Latin American countries

Abstract

This article examines the impact of individual grievances on protest participation, with an emphasis on the context of economic crisis. Recent literature suggests that subjective perceptions of economic conditions play a central role in protest activism. However, other studies argue that mobilization depends not only on these perceptions but also on the availability of resources to transform discontent into political action. Using data from the AmericasBarometer and applying multilevel logistic regression techniques, this study problematizes these perspectives. The results indicate that it is not the objective deterioration of living conditions, but rather the subjective perception of this deterioration, that motivates protest. Furthermore, in crisis scenarios, inequalities in protest engagement are exacerbated, making mobilization less accessible to individuals with fewer resources. These findings contribute to the understanding of protest dynamics in contexts of economic instability in Latin America.

Keywords: protest, grievances, resources, economic crisis, Latin America.

1. Introdução

A crise econômica de 2008-2009 afetou diversas economias no mundo, implicando no crescimento da desigualdade social, desemprego e precarização das condições de vida. Em razão dessa crise, muitos países adotaram medidas de austeridade, com ações que impactaram as políticas de proteção social. Diante desse cenário, vale recordar os diversos protestos entre 2010 e 2015 contra as medidas de austeridade, a exemplo das grandes manifestações na Grécia, dos “Indignados” na Espanha, também em Portugal, Itália e Reino Unido. Na América do Sul, listamos outros países com manifestações massivas, como Argentina, Brasil, Chile, Equador e Bolívia. Esses fatos são oportunos para analisarmos a seguinte questão: as queixas individuais atuam como predictoras do protesto?

Um argumento clássico é de que as queixas objetivas ou subjetivas só se transformam em ação se forem viabilizadas e politizadas (McCarthy; Zald, 1977, Opp, 2009). Quando dizemos “viabilizadas”, referimo-nos à existência de capacidades e oportunidades que tornam possível a ação coletiva. Por sua vez, “politizadas” significa enquadrar as queixas como questões públicas e coletivas, conectadas a responsabilidades políticas e passíveis de mudança por meio da mobilização. Assim, apenas quando condições práticas permitem agir e quando as interpretações atribuem sentido político às queixas é que o descontentamento deixa de ser individual e se converte em mobilização coletiva.

Nesse sentido, a literatura destaca que tanto a viabilização quanto a politização das queixas dependem da disposição de recursos, entendidos como tempo, dinheiro, apoio organizacional e habilidades políticas que tornam possível e sustentável a participação (McAdam, 1986, Schlozman; Brady; Verba, 2018). Além dos recursos, pondera-se também o papel do contexto político e econômico (Eisinger, 1973, Kitschelt, 1986, Kriesi et al., 1992, Quaranta, 2015), argumentando que um ambiente favorável de abertura política e crescimento econômico criaria espaços de participação.

A esse debate, Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) acrescentam que o protesto tende a se intensificar em contextos intermediários, quando avanços políticos e econômicos não acompanham a escala das demandas sociais. Mais recentemente, Rocha e Ribeiro (2023) mostram, para o caso latino-americano, que a qualidade democrática e a disponibilidade de recursos estruturam a frequência de protestos nos países da região, ainda que o efeito curvilíneo das oportunidades não tenha sido confirmado.

Ainda que essa literatura política seja mais consolidada em estudos sobre comportamento de protesto, o enfoque nas variáveis econômicas permanece relativamente menos explorado nos estudos de comportamento político. O enfoque na dimensão econômica contribui justamente para avançar nessa lacuna, examinando como condições econômicas interagem com o engajamento individual na produção do ativismo de protesto. Pesquisas futuras poderão integrar indicadores institucionais e econômicos, testando de forma conjunta como diferentes arranjos políticos modulam ou amplificam a relação entre queixas subjetivas e ação coletiva.

Ribeiro e Borba (2015) e Okado e Ribeiro (2020) identificaram que a posse de recursos tem um peso decisivo sobre o ativismo de protestos em países latino-americanos. Isso implica dizer que o protesto não é um tipo de ação disponível para todas as pessoas, mesmo que estejam descontentes e que o contexto seja favorável. Desse modo, as queixas não são descartadas como preditoras do protesto, mas argumenta-se que elas dependem de outras condições, como a disposição de recursos e a variabilidade do contexto político e econômico.

Vale mencionar outro ponto crítico em estudos que relacionam as queixas aos protestos, que é a forma de mensurar as queixas individuais. Estudos recentes recomendam analisá-las a partir de duas dimensões: queixas econômicas objetivas – desvantagem econômica – e subjetivas – deterioração das perspectivas econômicas (Kern; Marien; Hooghe, 2015, Grasso; Giugni, 2016, Galais; Lorenzini, 2017, Kurer et al., 2019).

Os resultados dessas pesquisas têm apontado para o papel mobilizador das queixas subjetivas, argumentando que, em contexto de crise econômica, a sensação de privação aumentaria a predisposição em protestar. O contexto analisado pelos estudos citados contempla majoritariamente países europeus, que até então seguiam com suas economias estáveis e democracias consolidadas. A crise econômica de 2008-2009 trouxe prejuízos principalmente à manutenção do estado de bem-estar social, levando diversos desses países a adotar políticas de austeridade. Neste caso, os protestos desse período são enquadrados como reação às políticas de austeridade praticada pelos governos (Bremer; Hutter; Kriesi, 2020). Esses estudos reabilitam o papel independente das queixas subjetivas sobre o protesto, particularmente em contexto de crise econômica.

Neste artigo, analisamos os protestos na América Latina. Diferente dos países europeus, essa região se caracteriza pelo histórico de dependência econômica, governos autoritários e, principalmente, pelo processo de abertura política que conviveu com a tensão entre dois projetos: política neoliberal e de bem-estar social (Ibarra, 2011, Campos, 2017, Baer; Maloney, 2022). Por isso, suspeitamos que o sentimento de privação seja um determinante do protesto nessa região, fator que pode ter ganhado maior relevância após a crise de 2008-2009.

O estudo de Mendonça e Fuks (2015) sobre o Brasil acompanha a tese de que a privação relativa tem influência sobre o ativismo político. Por sua vez, Tatagiba e Galvão (2019, p. 77) salientaram que os protestos não só refletem a deterioração das condições políticas e econômicas, mas também “[...] contribuem para produzir e aprofundar sua crise. A crise, por sua vez, potencializa os descontentamentos com o governo e fomenta novos protestos”. Bremer, Hutter e Kriesi (2020) seguem na mesma direção, apontando que o contexto de crise e os protestos se retroalimentam. Diante desses argumentos, buscamos contribuir com essa discussão, analisando o papel das queixas sobre o ativismo de protesto em países latino-americanos.

Neste artigo utilizamos dados do Barômetro das Américas, projeto do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), sediado na Vanderbilt University, que realiza pesquisas regulares sobre valores e comportamentos políticos nas Américas. A coleta de dados é feita por meio de amostras nacionais probabilísticas estratificadas por região, áreas urbanas e rurais, e tamanho do município, garantindo representatividade ao longo das diferentes sub-regiões do país. O questionário aplicado tem um núcleo comum entre todos os países, o que permite comparações internacionais, além de módulos específicos para cada país que abordam temas locais relevantes.

Valemo-nos de testes de regressão multinível (Gelman, 2006), com objetivo de analisar o papel do descontentamento sobre o protesto em diferentes contextos. Nossos resultados sugerem que não é a piora objetiva das condições de vida, mas a percepção subjetiva dessa piora que mobiliza o protesto e que o cenário de crise potencializa as desigualdades de engajamento em protestos, tornando-o cada vez menos viável aos indivíduos com menos recursos.

Dividimos nosso artigo em cinco seções, além desta introdução. As duas primeiras apresentam um quadro analítico do contexto latino-americano e das discussões sobre o papel das queixas sobre o protesto. A terceira seção descreve os materiais e os métodos de pesquisa, propondo, ao final, dois modelos de análise. A quarta seção se reserva a expor e discutir os dados. Na conclusão, apresentamos nossos principais achados.

2. América Latina e a tensão entre dois projetos: política neoliberal e de bem-estar social

Destacamos dois tópicos da conjuntura latino-americana: o primeiro se refere às estratégias de implementação da política neoliberal (Ibarra, 2011), e o segundo se refere a um papel mais ativo do Estado, por meio de políticas keynesianas (Vadell; Carvalho, 2014). Em particular, a tensão entre os modelos de gestão do Estado caracterizou as décadas de 2000 e 2010.

De um lado, com a ascensão de governos progressistas, houve uma reação às políticas neoliberais adotadas na década de 1990, alavancada pelo contexto favorável de exportações (Bresser-Pereira; Theuer, 2012). De outro, após a crise de 2008-2009 e o fracasso das intervenções sociais focadas quase que exclusivamente no desenvolvimento humano (Mussot, 2018), o neoliberalismo ganhou novo fôlego, mesclado a uma agenda conservadora nos costumes.

Existe um consenso de que as políticas neoliberais contribuíram para o aprofundamento da concentração de renda e o crescimento da pobreza, com a fragmentação dos sistemas públicos, o desemprego e a precarização do trabalho (Campos, 2017, Göttems; Mollo, 2020). Esses fatores combinados intensificaram a precarização das condições de vida, tornando-se uma característica distintiva da região que compreende os países latino-americanos. A virada do milênio trouxe consigo uma postura crítica do modelo neoliberal, com diversos movimentos antiglobalização espalhados pelo mundo (Bringel; Muñoz, 2010, Glória Gohn, 2018). Discute-se principalmente o papel social do Estado na gestão das desigualdades e no provimento de oportunidades. O Fórum Social Mundial em Porto Alegre/Brasil foi um marco das iniciativas consorciadas de diversos desses movimentos que eram críticos da pauta neoliberal.

De certo modo, os governos progressistas da década de 2000 combinaram uma política econômica de viés extrativista e desenvolvimentista com estratégias de justiça social assistencialista e de individualização do bem-estar (Bresser-Pereira; Theuer, 2012, Mussot, 2018). Essa combinação gerou tensões estruturais que se tornaram mais visíveis no início da década de 2010, quando a deterioração das condições econômicas com a queda do crescimento, pressões inflacionárias e retração do emprego, desencadeou ondas de descontentamento em países como Brasil, Chile e Argentina. No caso brasileiro, essa ambiguidade ficou particularmente evidente: entre 2013 e 2015, o país experimentou mobilizações massivas que refletiam não apenas frustrações conjunturais, mas também os limites de um modelo que conciliava, de forma contraditória, disciplina fiscal e ampliação de políticas sociais

Nesse período, a atuação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, reforçava essa tensão ao apoiar simultaneamente reformas orientadas pelo mercado e programas de bem-estar subordinados à lógica da formação de “capital humano” (Fernández, 2025). A experiência comparada confirma que tais contradições não eram exclusivas do Brasil: enquanto o kirchnerismo na Argentina preservou uma gramática movimentista capaz de integrar a mobilização social às instituições, o lulismo, ao apostar na desmobilização, acabou por enfraquecer sua base de apoio (Natalucci; Ferrero, 2021). Assim, as crises políticas da década de 2010 na região expressam a convivência paradoxal entre imperativos neoliberais e a necessidade de proteção social, revelando os limites de um ciclo progressista apoiado em pilares econômicos instáveis.

Importa mencionar que a crise econômica favoreceu a narrativa de fracasso das gestões progressistas, em grande medida articulada por uma direita neoliberal e amparada por Think Tanks (Faria; Chaia, 2020), inclusive pela internet (Rocha, 2019). Mais uma vez, o caso brasileiro é exemplar, por que esse consórcio da direita neoliberal foi capaz de articular o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro (PL) em 2018. A derrota das gestões progressistas fortaleceu um discurso contrário ao papel social do Estado, classificado como custoso. Assim, o apelo por reformas – previdenciária, fiscal, trabalhista – contribuiu para a redução do Estado na proteção social. Os debates eleitorais da década de 2010 polarizaram essas visões, ora em defesa do neoliberalismo, ora em defesa do Estado de bem-estar social. Por essa razão, ao menos para o caso latino-americano, a análise de protestos não pode estar dissociada do contexto desigual e de precarização das condições de vida.

3. Queixas individuais e protesto

A literatura tem caracterizado as queixas individuais a partir da insatisfação com a economia, experiência de desemprego, situação de baixa renda e poder de compra (Kern; Marien; Hooghe, 2015, Galais; Lorenzini, 2017),

bem como a posição de inferioridade de seu grupo em relação a outros grupos sociais (Klandermans; Roefs; Olivier, 2001, Kurer et al., 2019). A nível macro, defende-se que as desigualdades sociais (Solt, 2015) e os períodos de crises econômicas (Grasso; Giugni, 2016) potencializam as queixas individuais. O protesto, neste caso, seria um recurso de grupos descontentes que politizaram as suas queixas individuais e coletivas (Lipsky, 2019, Gurr, 1970, Turner, 1969, Opp, 2009). Não por acaso, as manifestações de rua na Europa e em outras regiões na década de 2010 provocaram diversos estudiosos sobre o tema, resgatando a discussão que relaciona as queixas individuais aos protestos.

Um primeiro ponto de destaque é o papel corrosivo da crise econômica sobre a democracia (Kurer et al., 2019). Em particular, argumenta-se que os contextos econômicos adversos contribuem para a desmobilização política, fragilizando uma das bases da democracia, que é a participação. Isso ocorre porque a crise econômica favorece a desvantagem estrutural, que afeta o nível das queixas, e a deterioração das perspectivas econômicas, que afeta a mudança do nível das queixas (Grasso; Giugni, 2016). Define-se o nível das queixas como a condição objetiva de desvantagem, por exemplo, o desemprego (Rehm, 2009); já o nível de mudança no nível das queixas refere-se à condição subjetiva, quando se perde a perspectiva de que o governo responderá às demandas sociais (Kern; Marien; Hooghe, 2015).

Um segundo ponto é de que as duas dimensões do descontentamento que foram citadas apresentam efeitos distintos sobre o protesto. Seria mobilizadora quando as queixas subjetivas se destacam (Grasso; Giugni, 2016), demonstrando que os sentimentos de privação resultantes da deterioração das perspectivas econômicas despertam a sensação de injustiça (Tarrow, 2009), necessária ao ativismo de protesto. Seria desmobilizadora quando as queixas objetivas são aparentes, principalmente em contextos em que as taxas médias de desemprego são altas. Esse é o principal avanço da literatura que analisou o impacto da crise econômica de 2008-2009 sobre os protestos no mundo: o consenso de que não é qualquer tipo de queixa que mobiliza o protesto, mas aquelas vinculadas aos sentimentos subjetivos de desvantagem. Com isso, nossa primeira hipótese defende

H1 – que os sentimentos de privação são preditores do ativismo de protesto.

Um terceiro ponto, que decorre do segundo, é que o contexto de crise não teria um efeito desmobilizador, mas mobilizador entre aqueles que compartilham de sentimentos de privação (Galais; Lorenzini, 2017). Grasso e Giugni (2016) são mais radicais, defendendo que o sentimento de privação é mobilizador do ativismo de protesto, independente do contexto macroeconômico. Rehm (2009), por sua vez, argumenta que a condição de pobreza, de baixo nível educacional e a condição desfavorável de gênero e raça aumentam significativamente as preferências por redistribuição. Klandermans, Roefs e Olivier (2001) encontraram algo semelhante em estudo no qual enfatizaram a importância da ligação entre raça e classe na África do Sul. Com isso, nossa segunda hipótese defende

H2 – que a interação entre o contexto de crise econômica e os sentimentos de privação são preditores do ativismo de protesto.

Nossas duas hipóteses procuram testar a importância do descontentamento para o ativismo de protesto. Nosso exercício é motivado por estudos como o de Hacker et al. (2013), que sugeriu que o impacto da insegurança econômica rivaliza com a influência do partidarismo e da ideologia, e em alguns casos, até com a disposição dos recursos. Bremer, Hutter e Kriesi (2020), por sua vez, apontam que os protestos econômicos atuam como sinalizadores que nomeiam os responsáveis pelo contexto de crise, incorporando a agenda econômica dentro dos ciclos eleitorais. Dado o recorte do nosso estudo, que considera os países latino-americanos, o histórico dessa região é propício para aprofundar discussões que envolvem a relação entre queixas individuais e protestos.

Não podemos desconsiderar as críticas realizadas à teoria das queixas individuais, especialmente aquelas que defendem que as condições de participação política são desigualmente distribuídas (Schlozman; Brady; Verba, 2018). Essa ressalva foi demarcada inclusive pelos estudos que partem do referencial teórico das queixas (Berinsky, 2002; Solt, 2008).

O ponto central da discussão é de que a posse de recursos funciona como uma hipótese alternativa às queixas individuais, ao defender que as queixas precisam ser politizadas e viabilizadas. Nesse sentido, os protestos seriam ações coletivas de indivíduos que possuem recursos, seja alguma assessoria profissional de movimentos organizados, sindicatos, membros de partidos e até associações privadas, seja disponibilidade de tempo, habilidades políticas e dinheiro (McCarthy; Zald, 1977). A perspectiva de fundo é de que o engajamento dos indivíduos em qualquer tipo de ação é uma função entre custos e benefícios, com articulação entre diversos atores com graus distintos de organização. Desse modo, nossa terceira hipótese defende

H3 – que a posse de recursos é um preditor do ativismo de protesto.

A distribuição desigual de recursos se torna ainda mais restritiva em contextos de crise econômica, quando a queda de renda, o desemprego e a insegurança material elevam os custos de participação e reduzem a capacidade de mobilização daqueles com menores recursos. Nesses cenários, ainda que as queixas aumentem, a possibilidade de convertê-las em ação coletiva diminui, uma vez que a crise aprofunda assimetrias pré-existentes e opera como mecanismo de desmobilização. Assim, formulamos a quarta hipótese de que

H4 – a crise econômica modera negativamente o efeito dos recursos sobre o ativismo, restringindo a participação, sobretudo entre indivíduos com menor capacidade de ação.

4. Materiais e método

Utilizamos dados do Barômetro das Américas, projeto que faz pesquisa comparativa sobre valores e comportamentos democráticos, e selecionamos amostras que contemplem os países latino-americanos. Contamos com 120 amostras representativas de 20 países e que foram coletadas entre os anos de

2006 e 2019 (Apêndice 1). Esse recorte temporal foi definido pelo critério de disponibilidade das mesmas variáveis em cada amostra, o que nos permite comparar países e contextos. Em razão do escopo quantitativo da presente pesquisa, o foco recai sobre padrões gerais e mecanismos comparáveis, e não sobre a cronologia particular dos protestos em cada país.

Nossa variável dependente se refere aos indivíduos que afirmaram ter participado de protestos. Originalmente, a redação dessa pergunta apresentava três alternativas de resposta “algumas vezes”, “quase nunca” e “nunca”. Após 2008, a redação do Barômetro das Américas padronizou as alternativas entre “sim” e “não”. Como queremos comparar os ativistas de protestos com aqueles que não protestam, essa mudança na redação não prejudicou a construção do nosso objeto.

Nossos dados mostram que os níveis de participação em protestos apresentam elevada heterogeneidade entre os países analisados (Apêndice 2). Países andinos, como Peru e Bolívia, registram consistentemente os maiores percentuais de engajamento, com picos acima de 25%. Em contraste, países da América Central, como El Salvador e Panamá, exibem níveis sistematicamente baixos, em geral inferiores a 6%. Já Brasil, México, Argentina e Chile mostram forte oscilação entre anos, refletindo conjunturas políticas específicas. No conjunto, os dados indicam que o protesto é um comportamento minoritário, porém altamente sensível ao contexto nacional, justificando o uso de modelos multiníveis para capturar a variação entre países e ao longo do tempo.

Alinhado com nossa discussão teórica, trabalhamos com duas categorias que chamamos de “queixas” e “recursos”. No primeiro caso, selecionamos as variáveis que perguntam sobre a condição de emprego para mensurar as queixas objetivas (estar desempregado) e a avaliação da condição econômica pessoal e do país para mensurar as queixas subjetivas (avaliação negativa). Segundo Hacker, Rehm e Schlesinger (2013), as atitudes políticas são sensíveis às preocupações econômicas, e, conforme argumentou Kurer et al. (2019), seria a deterioração nas perspectivas econômicas (dimensão subjetiva) que aumentaria as atividades de protestos, enquanto a condição objetiva de desemprego tenderia à desmobilização.

No segundo caso, selecionamos as variáveis que perguntam sobre o engajamento em partidos e movimentos sociais, níveis de escolaridade, renda e interesse por política. Esse quadro de variáveis busca contemplar alguns aspectos centrais da dimensão dos recursos, que são: tempo, dinheiro, estruturas de mobilização e habilidades políticas (McCarthy; Zald, 1977, Schlozman; Brady; Verba, 2018). Vale ressaltar que, para o caso da renda e da escolaridade, nós centralizamos as variáveis e construímos dois grupos de indivíduos: os que possuem renda e escolaridade abaixo ou acima da média. Essa estratégia nos ajudou a padronizar essas medidas para o caso dos países pesquisados, assumindo que os anos de estudo e a renda média têm pesos diferentes a depender do país.

Nosso desenho de pesquisa também considera que existem fatores contextuais associados aos níveis de protestos. Segundo Kern, Marien e Hooghe (2015), a participação não institucionalizada é mais afetada por variáveis em nível de país. Em particular, interessa-nos saber se o contexto de crise econômica potencializa as queixas individuais para esse tipo de ativismo. Alinhados com o estudo de Grasso e Giugni (2016), o primeiro indicador que selecionamos mensura as taxas de desemprego, informação que extraímos da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa é uma medida útil, porque reflete a incapacidade de uma economia de gerar empregos, impedindo pessoas que querem trabalhar ou que estão disponíveis de serem inseridas no mercado de trabalho. O segundo indicador que selecionamos mensura a variação percentual do PIB *per capita*, informação que extraímos do Banco Mundial. Essa é uma medida útil para avaliar o padrão de vida em um determinado local (no nosso caso, o país) e serve como uma medida de crescimento econômico. O Quadro 1 apresenta as variáveis que utilizamos neste artigo.

Construímos uma base de dados que agrega dois níveis de mensuração: individual (nível 1) e de contexto (nível 2). Procedemos a partir de uma técnica de análise multinível, que permite avaliar a interação entre indicadores de nível 2 e de nível 1, fornecendo mais informações sobre a variabilidade dentro de cada país e entre os países (Gelman, 2006, Garson, 2013). Para analisar as tendências de protestos, utilizamos um modelo logístico multinível, que leva em conta a estrutura hierárquica dos dados.

Quadro 1. Variáveis utilizadas e suas codificações

Variável	Questão	Como codificamos
Protesto	Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra. participou de alguma manifestação ou protesto público?	1 = protestou / 0
Desemprego	Ao que o(a) sr./sra. se dedica atualmente? O(A)sr./sra. Está	1 = desempregado / 0
Aval. Neg. País	O(A) sr./sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses?	1 = pior / 0
Aval. Neg. Ind.	O(A) sr./sra. acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que a de há doze meses?	1 = pior / 0
Renda	Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?	Abaixo da média / Acima da Média
Escolaridade	Qual foi o último ano ou série da escola que o(a) sr./sra. concluiu com aprovação?	Abaixo da média / Acima da Média
Inter. Pol.	O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, mais ou menos, pouco ou nada?	1 = muito interesse / 0
Engajamento	Agora vou ler uma lista de grupos e organizações. Por favor, diga se o(a) sr./sra. assiste às reuniões dessas organizações pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca [Reuniões de um partido ou movimento político]	1 = uma vez por semana / 0
Sexo	Sexo [anote sem perguntar]:	Homem / Mulher
Idade	Quantos anos o(a) sr./sra. tem?	Contínua
Taxa % de Desemprego	Taxa média anual	Contínua
Varição % do PIB <i>per capita</i>	Varição média anual	Contínua

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial.

A decisão de adotar esse modelo foi baseada em várias considerações estatísticas. A primeira é o número de grupos analisados, que deve ser superior a 30, conforme sugestão de Maas e Hox (2005) e Bryan e Jenkins (2013).

Como mencionado no início desta seção, trabalhamos com 120 amostras (grupos), que foram coletadas em diferentes momentos entre 2006 e 2019, de 20 países (ver Apêndice 1). O coeficiente de correlação intraclasse (ICC)¹ foi estimado em 0,10, indicando que 10% da variação no desfecho pode ser atribuída ao nível 2. Além disso, a comparação entre o modelo nulo e o modelo alternativo foi significativa, com uma diferença de log-verossimilhança de 3107,873 ($df = 2$, $p < 0,001$), indicando que o modelo multinível se ajusta significativamente melhor aos dados do que o modelo sem essa estrutura. Por fim, a variância no nível 2 foi estimada em 0,35, o que reforça a presença de variabilidade entre os grupos.

A Figura 1 apresenta as modas condicionais de protesto por grupo. No contexto de modelos logísticos multiníveis, as modas condicionais representam as estimativas dos efeitos aleatórios específicos de cada grupo, condicionadas aos dados observados. No nosso caso, as modas condicionais de protesto por país indicam como cada país se desvia da média global de probabilidade de protestos, após controlar pelos efeitos fixos do modelo. Assim, a figura apresenta a distribuição desses desvios estimados, permitindo visualizar quais países mostram uma propensão maior ou menor ao engajamento em protestos do que o valor esperado pelo modelo geral. Em outras palavras, as modas condicionais sintetizam a variabilidade não explicada pelos preditores individuais, captando o componente contextual específico de cada país.

Nosso desenho de pesquisa pode ser expresso pelas seguintes equações:

$$Y[\textit{protesto}] = B1[\textit{queixas}] + B2[\textit{crise econômica}] + B1xB2 \quad (1)$$

$$Y[\textit{protesto}] = B1[\textit{recursos}] + B2[\textit{crise econômica}] + B1xB21. \quad (2)$$

¹ Fórmula: $T_{00} / (T_{00} + \textit{Sig}^2)$, onde T_{00} é a medida de variação externa e o $\textit{Sig}^2$ é a medida de variação interna. Se T_{00} e $\textit{Sig}^2$ forem diferentes de zero, então a modelagem multinível é recomendada.

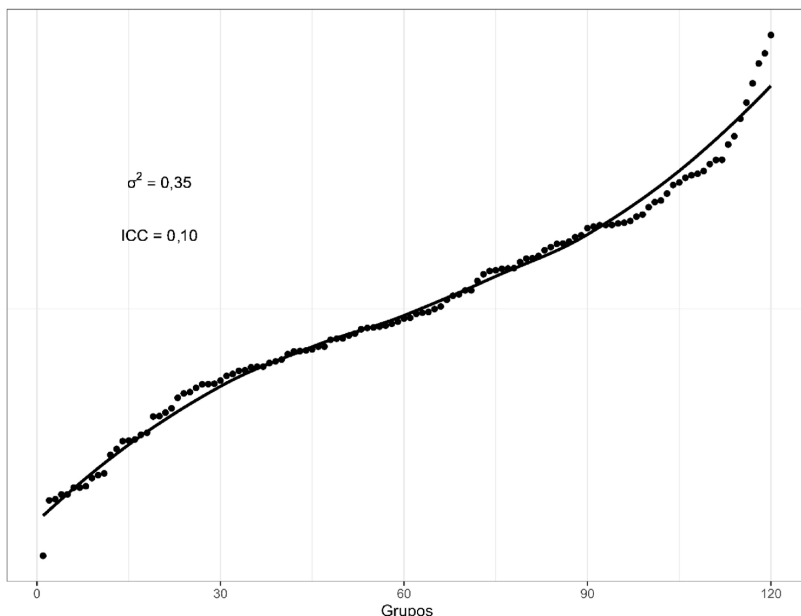


Figura 1. Modas condicionais de protesto por grupo

O objetivo principal é investigar como diferentes variáveis contextuais e individuais interagem para prever o comportamento de protesto. O primeiro modelo examina o efeito das queixas (B1) e da percepção de crise econômica (B2) sobre a participação em protestos (Y). Além dos efeitos principais de queixas e crise econômica, o modelo inclui um termo de interação (B1xB2) para avaliar se o impacto das queixas na propensão a protestar varia em função da percepção de crise econômica. O segundo modelo, por sua vez, substitui a variável queixas por uma medida de recursos (B1), mantendo a crise econômica (B2) e a interação entre elas (B1xB2). Aqui, o foco é investigar se os recursos disponíveis influenciam a propensão a protestar e como essa relação é moderada pela percepção de crise econômica. Nas próximas seções, descrevemos e discutimos os resultados da pesquisa.

5. Resultados e discussão

Os resultados da análise macroeconômica revelam dois padrões distintos de comportamento econômico na América Latina (ver Figura 2). Em 2009, a região experimentou uma variação negativa no PIB *per capita*, acompanhada por um aumento nas taxas de desemprego, que superaram a própria queda do PIB *per capita*. Esse fenômeno pode ser atribuído à crise financeira global, que impactou as economias latino-americanas, resultando em um aumento do desemprego desproporcional à contração econômica. Já no período de 2013 a 2018, a situação se intensificou, com um crescimento contínuo do desemprego e uma queda acentuada do PIB *per capita*, caracterizando um contexto de crise mais prolongado e profundo.

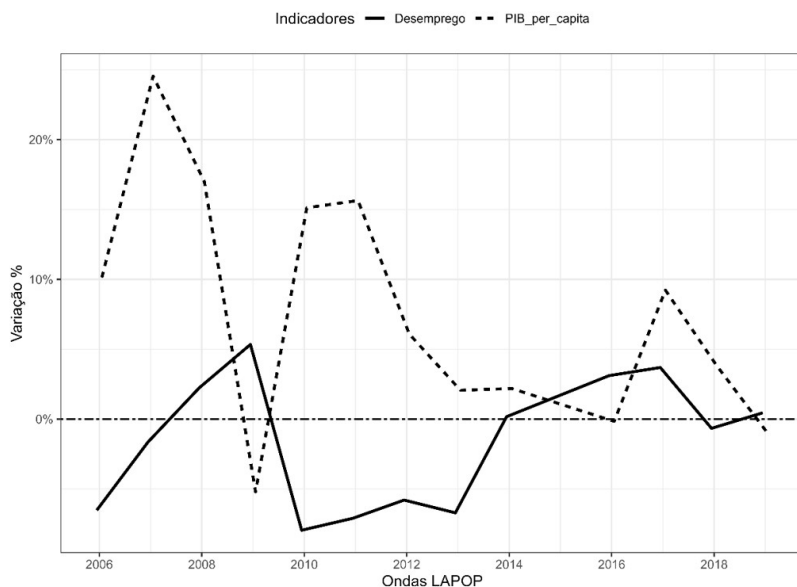


Figura 2. Variação do desemprego e do PIB *per capita* entre os anos de 2006 e 2019.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial.

Esses resultados refletem a vulnerabilidade estrutural da América Latina a choques econômicos, onde crises globais e regionais tendem a exacerbar problemas preexistentes, como desigualdades e precarização das condições de vida.

Dividimos esta seção em duas partes. Na primeira, analisamos o efeito independente das queixas e dos recursos sobre o ativismo de protesto. Para tanto, calculamos um modelo de regressão logística com todos os preditores listados na seção metodológica (Quadro 1). Com exceção do desemprego, na dimensão das queixas, e da renda, na dimensão dos recursos, os demais coeficientes se mostraram significativos e positivos (ver modelo completo no Apêndice 3). De um lado, essa tendência revela um papel significativo da privação relativa sobre as chances de protestar, corroborando a tese de estudos recentes sobre o tema (Kern; Marien; Hooghe, 2015, Grasso; Giugni, 2016, Galais; Lorenzini, 2017, Kurer et al., 2019). De outro lado, a dimensão dos recursos, em particular a filiação a partidos e movimentos sociais, apresentou efeito mais forte, o que reforça os argumentos de McCarthy e Zald (1977), McAdam (1986) e Schlozman, Brady e Verba (2018) sobre o papel dos recursos cognitivos e materiais sobre o protesto.

Calculamos os valores preditos do modelo de regressão e apresentamos, nas Figuras 3 e 4, algumas medidas de densidade e de tendência central para probabilidade de protesto, considerando os condicionantes com efeitos significativos.

As medidas que compõem a dimensão das queixas (Figura 3) foram assimétricas à esquerda e praticamente não apresentaram diferenças entre os grupos. Embora o indicador seja estatisticamente significativo no modelo, a sobreposição das distribuições sugere que o nível de queixas subjetivas não altera substancialmente a probabilidade de protesto. O *boxplot* também revelou poucas diferenças entre os grupos, e a presença de *outliers* sugere que a explicação do efeito das queixas pode depender de outros fatores, como a variabilidade entre países. Grasso e Giugni (2016), por exemplo, argumentam que as taxas de desemprego e a redução dos

gastos públicos ampliam o efeito da privação relativa sobre o protesto. Kern, Marien e Hooghe (2015) defendem que a explicação do ativismo de protesto depende em grande medida da análise de fatores contextuais. Desse modo, é provável que não exista necessariamente um efeito independente das queixas sobre o protesto, mas que essa condição interaja com cenários econômicos específicos.

Por sua vez, as medidas que compõem a dimensão dos recursos (Figura 4) apresentaram um comportamento mais claro em relação às diferenças entre grupos, demonstrando que os engajados, muito interessados por política e com escolaridade acima da média tendem a protestar mais.

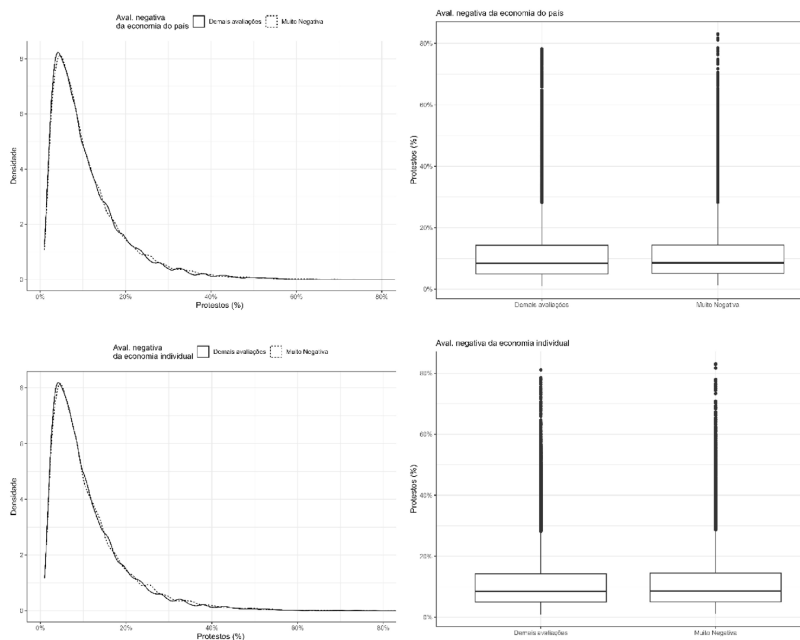


Figura 3. Probabilidades previstas de protestos dada a avaliação negativa da economia do país e da condição econômica individual.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados LAPOP.

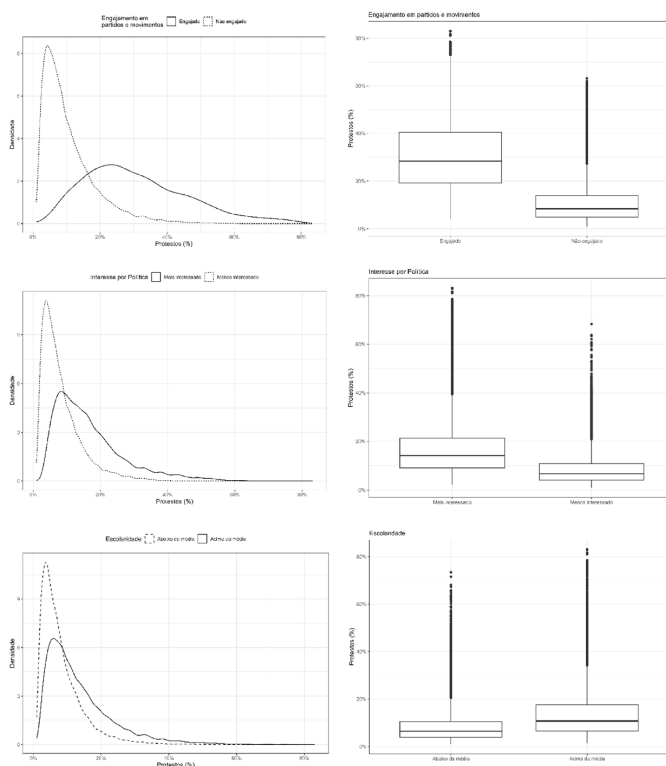


Figura 4. Probabilidades previstas de protestos dado o engajamento em partidos e movimentos, interesse por política e escolaridade.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados LAPOP.

Berinsky (2002) afirma que a participação política direta (protestos) é eficaz para comunicar preferências políticas às elites, mas ineficaz para garantir igualdade política. De fato, nossos dados acompanham essa tese, ao indicar que os grupos com menos recursos são sub-representados no ativismo de protestos. Importa ressaltar que o gráfico de densidade demonstrou grande variabilidade dentro desses grupos, especialmente entre os engajados, sugerindo um comportamento mais heterogêneo do que se esperava.

Por essa razão, embora tenhamos encontrado diferenças significativas entre os grupos testados, as medidas de densidade e de tendência central sugerem que o efeito dos recursos também pode depender de outros fatores, dada a variabilidade e a presença de *outliers*.

Na segunda parte, avançamos em nossas análises, incluindo na discussão os termos interativos das queixas e dos recursos com as taxas de desemprego e PIB *per capita*. Encontramos efeito significativo da interação entre desemprego e a dimensão dos recursos, sugerindo que, em cenário de crise, amplia-se a desigualdade de participação em protestos. Por sua vez, a dimensão das queixas só apresenta efeito da interação entre desemprego e avaliação negativa da economia do país, indicando que também exista uma postura crítica em relação às elites políticas, tese defendida nos trabalhos de Opp (2009) e Kern, Marien e Hooghe (2015).

A variação do PIB *per capita*, que é uma medida de crescimento econômico, mostrou-se significativa em interação com a renda, indicando que a melhoria da economia do país potencializa o protesto de indivíduos com renda mais alta. Portanto, nossos resultados atestam que as variações do contexto econômico são significativas quando interagem com a dimensão dos recursos. Não encontramos as mesmas tendências para o caso da dimensão das queixas, com exceção da avaliação econômica do país, o que reduz a importância dessa interação no modelo que testamos.

Calculamos os valores preditos de protestos e apresentamos, na Figura 5, as probabilidades preditas de protesto para as interações com efeitos significativos.

Na Figura 5, encontramos um efeito de parábola da interação entre taxa de desemprego e a dimensão dos recursos. Observamos que essa interação se torna positiva quando ultrapassa os níveis de 10%, ao mesmo tempo em que se ampliam as desigualdades de participação em protestos. Kurer et al. (2019) argumentou que o aumento da exposição ao desemprego tem um efeito positivo sobre as chances de protestos. Solt (2008, 2015), por sua vez, defende que a predisposição em protestar é maior entre aqueles com mais recursos. De fato, nossos testes revelam que o cenário de crise econômica torna maior o fosso entre os grupos com mais ou menos recursos.

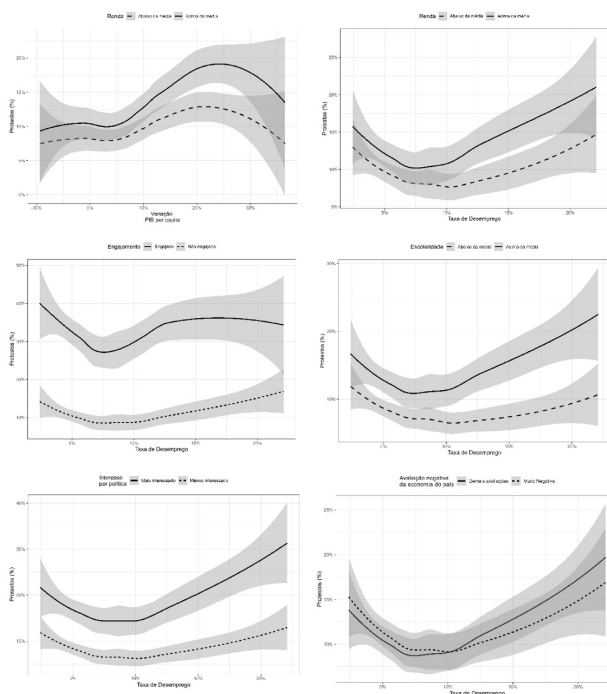


Figura 5. Probabilidades previstas de protestos dadas as interações entre as taxas de desemprego e a variação do PIB *per capita* com o engajamento em partidos e movimentos, interesse por política, escolaridade, renda e avaliação negativa da economia do país.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados LAPOP e da Organização Mundial do Trabalho (OIT).

A interação entre as taxas de desemprego e a avaliação negativa da economia do país também apresentou um efeito de parábola, demonstrando que o sentimento de privação ganha relevância em países com taxas de desemprego que ultrapassam os 12%. Com isso, a análise da interação entre queixas e contexto econômico nos ajudou a detalhar o papel das queixas sobre os protestos. Diante dos dados, argumentamos que a situação econômica do país afeta mais os indivíduos do que a condição econômica pessoal em cenários de crise.

O fato de o PIB *per capita* se destacar mais por seu efeito independente do que interativo mostra que esse indicador macroeconômico amplia o cenário de oportunidades para o protesto, apesar da posse de recurso ou das queixas pessoais. Por sua vez, as taxas de desemprego não apresentaram um efeito independente, indicando que só é mobilizador dentro de grupos específicos da sociedade, como aqueles que possuem recursos ou que estão descontentes com a economia do país. Em resumo, argumentamos, a partir dos nossos dados, que (1) os recursos são determinantes do protesto e se tornam centrais em contexto de crise, (2) as queixas subjetivas ampliam as chances de protestos, especialmente a avaliação negativa da condição econômica do país e (3) o cenário de crescimento econômico cria mais oportunidades para o engajamento em protestos.

6. Conclusão

A partir dos resultados obtidos, é possível concluir que a disposição para protestar entre os descontentes é influenciada por uma combinação de fatores objetivos e subjetivos, sendo significativamente moldada pelo contexto econômico. Primeiro, os recursos disponíveis emergem como um fator determinante para a mobilização em protestos, especialmente em tempos de crise. Quando as condições econômicas deterioram, o acesso a recursos, como capital financeiro, redes sociais e capital cultural, tornam-se ainda mais centrais para aqueles que buscam se engajar em atividades de protesto. Este resultado destaca a importância de entender a mobilização como uma atividade que, embora motivada por insatisfações, requer uma base de recursos para ser realizada.

Segundo, as queixas subjetivas, particularmente a percepção negativa da situação econômica do país, amplificam as chances de protesto. Mesmo em contextos em que os recursos são limitados, o descontentamento com as condições econômicas pode catalisar a ação coletiva, sugerindo que as percepções de injustiça ou de deterioração das condições de vida são potentes motivadores de protesto. Essa leitura acompanha a discussão de Tarrow (2009) sobre o enquadramento da injustiça e o papel das emoções em processos de ação coletiva.

Por fim, em cenários de crescimento econômico, surgem novas oportunidades para o engajamento em protestos, especialmente entre aqueles com maior segurança financeira e mais recursos. Este achado indica que o ativismo de protesto não está restrito a períodos de crise, mas também pode se intensificar em tempos de crescimento, quando os grupos mais abastados encontram motivos para se mobilizar em torno de demandas específicas, que não estão restritas à sobrevivência física, mas avançam sobre valores abstratos.

Em síntese, a crise econômica desempenha um papel dual no ativismo de protesto: ela não apenas intensifica as motivações para protestar ao exacerbar o descontentamento, mas também torna os recursos mais centrais para a mobilização. Entretanto, mesmo em contextos de crescimento, o protesto pode florescer, especialmente entre aqueles com recursos para sustentar suas ações. Esses achados sublinham a complexidade do ativismo de protesto, que é profundamente influenciado tanto por condições materiais quanto por percepções subjetivas, configurando-se de maneiras variadas conforme o contexto econômico.

Reconhecemos que um limite importante desta pesquisa diz respeito à heterogeneidade temporal dos protestos nos diferentes países. Embora o modelo logístico multinível empregado permita controlar variações entre países por meio de efeitos fixos e aleatórios, bem como testar interações que capturam diferenças estruturais entre contextos nacionais, ele não contempla a incorporação detalhada dos ciclos específicos de mobilização que caracterizam cada caso. Em razão do escopo comparativo e quantitativo do estudo, não foi possível desenvolver análises qualitativas sobre os períodos de protesto nem reconstruir, para cada país, as dinâmicas históricas e políticas que moldaram a emergência de determinadas ondas de mobilização. Futuras pesquisas poderiam integrar abordagens históricas ou estudos de caso que aprofundem essa dimensão temporal.

Agradecimentos

Agradecemos à equipe editorial da revista e aos pareceristas pelas valiosas contribuições ao nosso artigo. Os comentários e sugestões foram fundamentais para o aprimoramento do texto. A pesquisa contou com financiamento do CNPq e da Fundação Araucária na forma de bolsas e financiamento das atividades do INCT-ReDem.

Referências

1. BAER, Werner; MALONEY, William. Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, p. 358-383, 2022.
2. BERINSKY, Adam J. Silent voices: social welfare policy opinions and political equality in America. **American Journal of Political Science**, v. 46, n. 2, p. 276-287, 2002.
3. BREMER, Björn; HUTTER, Swen; KRIESI, Hanspeter. Dynamics of protest and electoral politics in the Great Recession. **European Journal of Political Research**, v. 59, n. 4, p. 842-866, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12375>.
4. BRESSER-PEREIRA, Luiza Carlos; THEUER, Daniela. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, v. 21, n. spe, p. 811-829, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400005>.
5. BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 28-36, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2010.46.1.04>.
6. BRYAN, Mark L.; JENKINS, Stephen P. **Regression analysis of country effects using multilevel data: a cautionary tale**. Bonn: Institute for the Study of Labor, 2013. (IZA Discussion Papers, No. 7583).
7. CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis. Revista Latinoamericana**, Santiago, n. 47, p. 329-351, 2017.
8. DALTON, Russell; VAN SICKLE, A.; WELDON, Steven. The individual-institutional nexus of protest behaviour. **British Journal of Political Science**, v. 40, n. 1, p. 51-73, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1017/S000712340999038X>.

9. EISINGER, Peter. The conditions of protest behavior in American cities. **The American Political Science Review**, v. 67, n. 1, p. 11-28, 1973. DOI: <https://doi.org/10.2307/1958525>.
10. FARIA, Ana Lúcia; CHAIA, Vera. Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 49, p. 1059-1080, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4917>.
11. FERNÁNDEZ, Emiliano Nicolas. La política del Banco Mundial en Brasil durante el período 2002-2018. **Mediações**, v. 30, e51113, 2025.
12. GALAIS, Carol; LORENZINI, Jasmine. Half a loaf is (not) better than none: how austerity-related grievances and emotions triggered protests in Spain. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 77-95, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17813/1086-671X-22-1-77>.
13. GARSON, David. **Hierarchical linear modeling**: guide and applications. Los Angeles: SAGE, 2013. p. 3-25.
14. GELMAN, Andrew. Multilevel (hierarchical) modeling: what it can and cannot do. **Technometrics**, v. 48, n. 3, p. 432-435, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1198/004017005000000661>.
15. GLÓRIA GOHN, Maria. Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil–1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 14, p. 10, 2018.
16. GÖTTEMS, Leila; MOLLO, Maria de Lourdes. Neoliberalismo na América Latina: efeitos nas reformas dos sistemas de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 74, 2020.
17. GRASSO, Maria; GIUGNI, Marco. Protest participation and economic crisis: The conditioning role of political opportunities. **European Journal of Political Research**, v. 55, n. 4, p. 663-680, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12153>.
18. GURR, Ted. **Why men rebel**. Princeton: Princeton University Press, 1970.
19. HACKER, Jacob; REHM, Philipp; SCHLESINGER, Mark. The insecure American: economic experiences, financial worries, and policy attitudes. **Perspectives on Politics**, v. 11, n. 1, p. 23-49, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1537592712003647>.
20. IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 238-248, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000200004>.

21. KERN, Anna; MARIEN, Sofie; HOOGE, Marc. Economic crisis and levels of political participation in Europe (2002–2010): The role of resources and grievances. **West European Politics**, v. 38, n. 3, p. 465-490, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.993152>.
22. KITSCHOLT, Herbert. Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. **British Journal of Political Science**, v. 16, n. 1, p. 57-85, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1017/S000712340000380X>.
23. KLANDERMANS, Bert; ROEFS, Marlene; OLIVIER, Johan. Grievance formation in a country in transition: South Africa, 1994-1998. **Social Psychology Quarterly**, v. 64, p. 41-54, 2001.
24. KRIESI, Hanspeter et al. New social movements and political opportunities in Western Europe. **European Journal of Political Research**, v. 22, n. 2, p. 219-244, 1992.
25. KURER, Thomas et al. Economic grievances and political protest. **European Journal of Political Research**, v. 58, n. 3, p. 866-892, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12318>.
26. LIPSKY, Michael. **Burocracia de Nível de Rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Brasília: Enap, 2019.
27. MAAS, Cora; HOX, Joop. Sufficient sample sizes for multilevel modeling. **Methodology: European Journal of Research Methods for the Behavioral and Social Sciences**, v. 1, n. 3, p. 86-92, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1027/1614-2241.1.3.86>.
28. MCADAM, Doug. Recruitment to high-risk activism: the case of freedom summer. **American Journal of Sociology**, v. 1986, n. 1, p. 64-90, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1086/228463>.
29. MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977. DOI: <https://doi.org/10.1086/226464>.
30. MENDONÇA, Clarice; FUKS, Mario. Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, p. 626-642, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912015213626>.
31. MUSSOT, María Luisa. Intervención social en tiempos de neoliberalismo en América Latina. **Trabajo y Sociedad**, v. 20, n. 2, p. 19-52, 2018.

32. NATALUCCI, Ana; FERRERO, Juan Pablo. Repensando la nueva dinámica sociopolítica en Argentina y Brasil, 2011-2016. **Estudios Políticos**, n. 60, p. 326-349, 2021.
33. OKADO, Lucas; RIBEIRO, Ednaldo. Individual conditioning factors of political protest in Latin America: effects of values, grievance and resources. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 3, p. e0002, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000030002>.
34. OPP, Karl-Dieter. **Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis**. London: Routledge, 2009.
35. QUARANTA, Mario. **Political protest in Western Europe: exploring the role of context in political action**. Cham: Springer, 2015.
36. REHM, Philipp. Risks and redistribution: an individual-level analysis. **Comparative Political Studies**, v. 42, n. 7, p. 855-881, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414008330595>.
37. RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 188-216, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191211188>.
38. ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3, p. e20190076, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/001152582019189>.
39. ROCHA, Daniel; RIBEIRO, Ednaldo. Protesto político em países latino-americanos: relação entre o contexto de oportunidade política e a estrutura de mobilização de recursos. **Revista Debates**, v. 17, n. 2, p. 201-239, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.131762>.
40. SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry; VERBA, Sidney. **Unequal and unrepresented: political inequality and the people’s voice in the new gilded age**. Princeton: Princeton University Press, 2018.
41. SOLT, Frederick. Economic inequality and democratic political engagement. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 1, p. 48-60, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2007.00298.x>.
42. SOLT, Frederick. Economic inequality and nonviolent protest. **Social Science Quarterly**, v. 96, n. 5, p. 1314-1327, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/ssqu.12198>.
43. TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

44. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>.
45. TURNER, Ralph H. The public perception of protest. **American Sociological Review**, v. 34, n. 6, p. 815-831, 1969. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095975>. PMID:5360281.
46. VADELL, Javier; CARVALHO, Pedro. Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do Estado. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 1, p. 75-111, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000100003>.

Fonte de financiamento: INCT (150169/2025-6).

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: Daniel Leonel da Rocha: pesquisa, metodologia e recursos. Ednaldo Aparecido Ribeiro: supervisão e pesquisa.

Aprovação do Comitê de Ética: Nada a declarar.

Disponibilidade de Dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis somente mediante solicitação.

Uso de tecnologia assistida por inteligência artificial: Como auxílio para listagem de artigos relacionados ao tema: Research Rabbit. Como auxílio para correção gramatical e semântica: ChatGPT.

Editor: Matheus Mazzilli Pereira (UFRGS, Brasil).

Daniel Leonel da Rocha é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). daniel.leonel.rocha@gmail.com

Ednaldo Aparecido Ribeiro é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). ednaldorip@gmail.com

Recebido: 09 set. 2024.

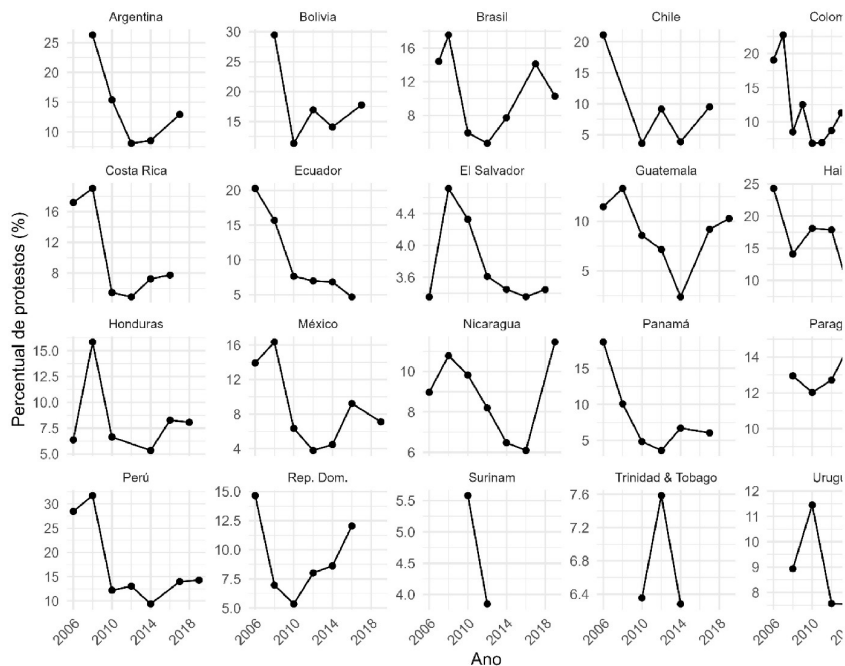
Aceito: 10 fev. 2026.

Apêndice 1. Quadro de amostras por país e ano de pesquisa do LAPOP

Países selecionados	Ondas do LAPOP						
	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
México	x	x	x	x	x	x	x
Guatemala	x	x	x	x	x	x	x
El Salvador	x	x	x	x	x	x	x
Honduras	x	x	x		x	x	x
Nicarágua	x	x	x	x	x	x	x
Costa Rica	x	x	x	x	x	x	
Panamá	x	x	x	x	x	x	
Colômbia*	x	x	x	x	x	x	x
Equador	x	x	x	x	x	x	
Bolívia		x	x	x	x	x	
Peru	x	x	x	x	x	x	x
Paraguai		x	x	x	x	x	x
Chile	x		x	x	x	x	
Uruguai		x	x	x	x	x	
Brasil	x	x	x	x	x	x	x
Argentina		x	x	x	x	x	
República Dominicana	x	x	x	x	x	x	
Haiti	x	x	x	x	x	x	
Trinidad e Tobago			x	x	x		
Suriname			X	x			

*O LAPOP extrai mais de 7 amostras da Colômbia (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016 e 2018).

Apêndice 2. Percentual de protestos por ano em 20 países



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do LAPOP.

Apêndice 3. Modelo Logístico Multinível: efeito do contexto de crise econômica e do ressentimento sobre o protesto em países latino-americanos

	Modelo Nulo	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
<i>Preditores</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>Exp(B)</i>
(Intercepto)	0.10 ***	0.11 ***	0.03 ***	0.02 ***	0.03 ***
Nível 1: Queixas					
Desempregado		0.97		1.03	1.06
Avaliação negativa (Eco. País)		1.05 **		1.12 ***	1.24 ***
Avaliação negativa (Eco. Ind.)		1.09 ***		1.13 ***	1.23 ***
Nível 1: Recursos					
Engajado (Partido e Mov. Soc.)			2.95 ***	2.92 ***	3.43 ***
Escolaridade [> média]			1.45 ***	1.45 ***	1.19 ***
Interesse por política (Muito)			1.55 ***	1.57 ***	1.46 ***
Renda [> média]			1.13 ***	1.14 ***	0.95
Controles					
Sexo [Masculino]		1.41 ***	1.26 ***	1.23 ***	1.23 ***
Idade [Contínua]		0.99 ***	1.00 **	1.00 ***	1.00 ***
Nível 2: Dados Econômicos					
Taxa de desemprego (%)				1.01	0.98
PIB <i>per capita</i> (Variação %)				1.02 **	1.02 *
Interações: Recursos x Dados Econômicos					
Taxa de desemprego × Engajado					0.98 *
Taxa de des. × Escolaridade [> média]					1.03 ***
Taxa de des. × Inter. Pol. [muito]					1.01 ***
Taxa de des. × Renda [> média]					1.01 ***
PIB <i>per capita</i> × Engajado					1.00
PIB <i>per capita</i> × Escolaridade [> média]					1.00
PIB <i>per capita</i> × Inter. Pol. [muito]					1.00
PIB <i>per capita</i> × Renda [> média]					1.01 ***
Interações: Queixas x Dados Econômicos					
Taxa des. × Desempregado					1.00
Taxa des. × Avaliação negativa (Eco. País)					0.99 ***
Taxa des. × Avaliação negativa (Eco. Ind.)					0.99
PIB <i>capita</i> × Desempregado					1.00
PIB <i>capita</i> × Avaliação negativa (Eco. País)					1.00
PIB <i>capita</i> × Avaliação negativa (Eco. Ind.)					1.00
Efeitos Aleatórios					
σ^2	3.29	3.29	3.29	3.29	3.29
τ_{00}	0.35 nível 2	0.35 nível 2	0.40 nível 2	0.36 nível 2	0.36 nível 2
ICC	0.10	0.10	0.11	0.10	0.10
N	120 nível 2	120 nível 2	120 nível 2	120 nível 2	120 nível 2
Observações	200135	185962	166885	155941	155941
Marginal R ² /Condicional R ²	0.000 / 0.096	0.011 / 0.107	0.082 / 0.180	0.091 / 0.181	0.092 / 0.182

* p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001.

Apêndice 4. Testes de Multicolinearidade: Estatísticas VIF

Low Correlation

Term	VIF	VIF 95% CI	Increased SE	Tolerance	Tolerance 95% CI
taxa_des	1.22	[1.21, 1.22]	1.10	0.82	[0.82, 0.83]
piib_capita	1.21	[1.20, 1.22]	1.10	0.83	[0.82, 0.83]
sexo	1.02	[1.02, 1.03]	1.01	0.98	[0.97, 0.98]
idade	1.11	[1.10, 1.11]	1.05	0.90	[0.90, 0.91]
taxa_des:engajado	4.44	[4.40, 4.48]	2.11	0.23	[0.22, 0.23]
taxa_des:escolaridade	4.38	[4.34, 4.42]	2.09	0.23	[0.23, 0.23]
taxa_des:inter_pol	4.47	[4.44, 4.51]	2.12	0.22	[0.22, 0.23]
taxa_des:renda	4.49	[4.46, 4.53]	2.12	0.22	[0.22, 0.22]
engajado:piib_capita	2.08	[2.07, 2.10]	1.44	0.48	[0.48, 0.48]
escolaridade:piib_capita	2.52	[2.50, 2.54]	1.59	0.40	[0.39, 0.40]
inter_pol:piib_capita	2.36	[2.34, 2.38]	1.54	0.42	[0.42, 0.43]
renda:piib_capita	2.52	[2.50, 2.54]	1.59	0.40	[0.39, 0.40]
taxa_des:desempregado	4.08	[4.04, 4.11]	2.02	0.25	[0.24, 0.25]
taxa_des:aval_país	4.68	[4.64, 4.73]	2.16	0.21	[0.21, 0.22]
taxa_des:aval_ind	4.65	[4.61, 4.69]	2.16	0.21	[0.21, 0.22]
piib_capita:desempregado	2.04	[2.02, 2.05]	1.43	0.49	[0.49, 0.49]
piib_capita:aval_país	2.62	[2.60, 2.64]	1.62	0.38	[0.38, 0.38]
piib_capita:aval_ind	2.55	[2.53, 2.57]	1.60	0.39	[0.39, 0.40]

Moderate Correlation

Term	VIF	VIF 95% CI	Increased SE	Tolerance	Tolerance 95% CI
engajado	5.25	[5.21, 5.30]	2.29	0.19	[0.19, 0.19]
escolaridade	6.05	[5.99, 6.10]	2.46	0.17	[0.16, 0.17]
inter_pol	5.59	[5.54, 5.64]	2.36	0.18	[0.18, 0.18]
renda	6.04	[5.98, 6.09]	2.46	0.17	[0.16, 0.17]
desempregado	5.19	[5.14, 5.23]	2.28	0.19	[0.19, 0.19]
aval_país	6.63	[6.57, 6.69]	2.58	0.15	[0.15, 0.15]
aval_ind	6.44	[6.39, 6.50]	2.54	0.16	[0.15, 0.16]